



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 02/08/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Bom, vamos lá, agora.

Bom dia a todos, graças a Deus pelas nossas vidas, pela nossa saúde, um bom retorno ao segundo semestre de 2022 aqui na Câmara Municipal. Declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública de 2022, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa que realiza hoje dia 2 de agosto.

Essa audiência pública foi convocada para discutir o PL 428/2022, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que dispõe sobre adoção de medidas destinadas a valorização dos servidores municipais, institui o plano de modernização do sistema de fiscalização de atividades urbanas e a orientação de atividades urbanas na forma que específica e dá outras providências.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no *site* no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização dessa audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade desde primeiro de julho e foi publicada no jornal *Estado de S. Paulo*, nos dias 2 e 27 de julho, e no jornal *Folha de S. Paulo*, nos dias 4 e 28 de julho. As inscrições para participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde primeiro de julho, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *on-line* conforme link enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar é só se inscreverem com a secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Eu pediria que todos que estão participando da audiência aqui no Salão Nobre pudessem tomar assento porque o pessoal do Corpo de Bombeiros, a GCM, que ajuda a gente a organizar o espaço, precisa contar os lugares e dar a possibilidade de pessoas, colegas de vocês que ainda estão lá embaixo, para que possam subir. Paralelo a isso, lá embaixo, no auditório Freitas Nobre, auditório externo, também está transmitindo essa audiência pública para aqueles que não puderem entrar aqui por conta da ocupação dos espaços.

Nós aqui já temos a presença do Vereador Toninho Vespoli, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, o Vereador Giannazi, Vereador Fabio Riva; virtual temos alguns dos

vereadores?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vereadora Cris Monteiro, presente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Vereadora Cris Monteiro, Vereador Sansão Pereira, que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, à medida que os Parlamentares forem chegando, nós vamos anunciando. Eu gostaria de passar para toda a plenária o que foi combinado aqui, enquanto nós não dávamos início oficial da abertura da sessão. Nós temos presentes 16 entidades de classe, aliás, nós temos aqui o Secretário Fabricio Cobra, Secretário da Casa Civil; Secretária Marcela, da gestão; representante da PGM, Luciana Cecílio de Barros Vieira, que também está de forma virtual. O que nós combinamos aqui, nós tivemos um número grande de inscritos, de forma virtual, além da forma presencial, além dos Srs. Vereadores e Secretários municipais, nós acordamos aqui com as 16 entidades de classe que eles farão uma fala, cada uma, de três minutos, são 16 entidades que representam os senhores servidores. Nós teremos também a fala dos Vereadores, a fala do Poder Executivo e também de alguns inscritos. Nós não teremos condição de ouvir os 190 inscritos e por isso inclusive eu faço a seguinte pergunta àqueles que estão de forma virtual. Diante da alta representatividade das 16 entidades de classe aqueles que puderem declinar de suas falas que possam nos ajudar nisso para que a gente possa assegurar o maior número de representação possível aos servidores.

Quando a gente fala em entidade de classe, nós entendemos que a representação é efetiva. Então, aqueles que fizeram as suas inscrições de forma virtual e que também fizeram as suas inscrições, aliás, as inscrições começaram agora. O pessoal já se organizou, já temos uma lista de pessoas que estavam aqui no plenário, aqueles que também puderem declinar devido ao grande número de inscritos, nós agradecemos. Nós entendemos, de acordo com o que foi conversado com os representantes das entidades de classe, que a representação está bem robusta, né, Cláudia. Você que foi Vereadora aqui, que representa também uma fatia dos servidores também entendeu que isso é importante.

Então, eu faço esse apelo pelo declínio de algumas falas diante da representação.

As inscrições estão sendo feitas ali à esquerda com o pessoal da secretaria dessa Comissão. Eu gostaria inicialmente de abrir essa CCJ com uma apresentação que será feita pela Secretária Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão. Podemos já seguir com sua apresentação, Secretária?

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Boa tarde a todas e a todos, eu vou pedir a permissão de vocês para tirar a máscara, só para falar, acho que fica mais claro e mais audível para quem está no fundo, tudo bem. Se não tem oposição, estou tirando a máscara.

Bom, na qualidade de Secretária Municipal de Gestão, aqui ao lado do nosso Secretário da Casa Civil, Fabrício Cobra, e de todos os que estão aqui na mesa, a qual cumprimento todas as mulheres que aqui estão presentes, na pessoa da nossa Vereadora Sandra, e a todos os presentes, na pessoa do nosso Vereador Riva e do nosso Vereador Toninho, que está aqui compondo essa Mesa.

Farei uma apresentação muito sintética de pontos que estão no PL. Sei que na sequência, pelo protocolo, nós ouviremos as entidades que estão inscritas e as pessoas físicas que estão inscritas.

Estamos falando de um PL que trata da atualização de vários quadros da nossa Prefeitura.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Pode já passar a primeira tela e cada *slide* vai significar um ponto do PL de forma muito resumida. Nessa primeira tela nós estamos aqui apresentando o quadro de nível médio e básico, só lembrando que a Prefeitura, desde o ano passado, já vem numa sequência de esforços para atualizar as tabelas dos diversos quadros. Como estou dizendo é uma sequência que ela começou e ela também não se encerra hoje, mas nesse primeiro aqui exposto, estamos falando das carreiras de nível médio e de nível básico, em que a proposta é apenas a antecipação de uma previsão de ajuste que já estava no último PL de atualização, apresentado no ano passado.

Então, a antecipação das tabelas de 2024, o Governo está propondo antecipar para

pagamento, ainda em 2022, em que já representaria um acréscimo no nível básico de 10,25%, no nível médio, e de 10,8%, nas tabelas iniciais.

Uma pergunta muito constante que houve foi sobre a adesão do último plano que foi a carreira que teve uma reestruturação, a adesão dos servidores ativos no nível básico alcançou 95% e no nível médio 99%. Então, nesse primeiro ponto, trata-se apenas de uma antecipação. Alguns pontos seguintes que nós estamos propondo é a atualização de algumas disciplinas, com a extinção de algumas disciplinas que não temos mais a utilização há alguns anos. Por exemplo, a Astronomia. Essa é uma disciplina que se justificava quando existia o Planetário no Município.

- Manifestações no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES - Não é mais da gestão do Município, direta.

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES - Bom, a gente vai ter uma sequência de exposição e ouviremos todas as críticas, todas as reclamações; na sequência. A gente pode fazer...

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES - A gente pode seguir? (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pessoal, seria importante que nós pudséssemos ouvir o que a Secretária de Gestão tem a explicar sobre o projeto. As manifestações são democráticas, mas só lembrando que elas atrasam o nosso processo de fala aqui, e nós temos muitas pessoas que representam vocês para falar também.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES - Bom, eu vou dar sequência, e mais uma vez me disponho a ouvir todas as críticas e considerações na sequência. Eu só acho que quando vocês estiverem falando, eu não vou gritar nem interromper. Então, acho que a educação é muito importante.

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Na proposta, também estamos

atendendo a algumas reivindicações já antigas, que tratam da separação de alguns quadros: o quadro da Gestão Administrativa Superior e o quadro de Desenvolvimento Humano e Social. Na Gestão Administrativa Superior ficam as disciplinas Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento Humano, Serviço Social, Pedagogia, Biblioteconomia, Educação Física, Esportes e Meio Ambiente. Só lembrando que a Pedagogia que é dita não é a do quadro da saúde, e sim a que hoje comporta, nessa disciplina, oito ativos, os quais estão alocados na Assistência. E Educação Física também não é a disciplina que está na carreira de professor, no quadro da educação, e sim na do Esporte.

(Imagem) Dentro do quadro de Gestão Administrativa Superior, a proposta é de uma atualização, no inicial, de 47,33%. Estamos falando de um projeto que tem um impacto de 1 bilhão e 996 milhões. Esse é o impacto total do projeto em atualização aos servidores; e claro que passa por essa Câmara, porque o Orçamento é público, e o dono do nosso dinheiro público é a sociedade. Então, é um impacto de quase 2 bilhões de reais somando esse projeto inteiro. Aqui estamos falando separadamente por carreiras.

No quadro Desenvolvimento Humano e Social, temos um acréscimo de 24,41%.

- Manifestação no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Mais uma vez eu reforço a importância de ouvirmos a Secretária. Quando esse tipo de manifestação acontece, fica difícil para o Executivo trazer aqui a explanação de algo que é interesse de vocês. Eu gostaria mais uma vez de apelar para o bom senso, e que vocês, por favor, possam ouvir a Secretária sem manifestações.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – No quadro seguinte, nós estamos propondo a atualização para a carreira dos profissionais de gestão governamental, os APPGGs, que hoje conta com 138 servidores, e uma atualização que também estava no patamar das demais, sem atualização há 5 anos, de 9 mil para 12 mil reais, portanto uma valorização de 33%. Para os auditores internos, as novas remunerações propostas têm uma base de 10,3% na valorização do inicial, passando então de 13 mil para 15,3 mil reais, lembrando que nesses

pontos a Secretaria atendeu todos os sindicatos e tem ciência de que alguns percentuais não alcançaram os percentuais inicialmente requisitados, em especial o patamar linear. Por outro lado, atende-se aqui também a um pedido da valorização do inicial para que as carreiras da Prefeitura se tornem mais atrativas e que a gente comece a dar um equilíbrio a esse quadro. Como se disse, é um primeiro passo.

Dentro do quadro da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia, a valorização inicial proposta foi de 56,07%. É uma carreira que estava com o patamar inicial desatualizado. O governo ouviu as entidades de classe e atendeu essa remuneração, não no patamar que era muito maior, mas passando de 7.035 reais para o piso de 9.980 reais. Esses são os valores propostos no PL.

Dentro dos profissionais saúde...

- Manifestação de vaias no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Por favor. A fala na tribuna é da Secretária neste momento.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Eu quero fazer uma consideração da ciência de que as entidades continuam em conversas com a Secretaria da Saúde por diversos motivos e inclusive com algumas sugestões complementares ao que está proposto no PL. A audiência pública servirá para recolher também as informações complementares, as últimas da semana passada, para ouvir essas observações.

Dentro do quadro da saúde, como são várias as carreiras, os percentuais dos iniciais variam conforme o quadro proposto, indo de 7,75% e alcançando 10,9% em alguns pontos. Há uma tabela no quadro da saúde, dos médicos de 20 horas e 24 horas de serviços, em que houve uma falha na tabela proposta. A Secretaria já ouviu as entidades sobre esse ponto, e certamente será ajustada. A questão da hora não está compatível na proporção do médico que atua em 20 horas a 40 horas. Essa informação já foi recebida, e a Secretaria da Saúde está contribuindo para esse ajuste.

Dentro do quadro da educação, a proposta inicial é de uma alteração na casa de

31,8% no piso inicial dos nossos professores no Município. Vale dizer que por muito tempo o nosso piso já foi um dos maiores no âmbito nacional - comparando-se, inclusive, ao Estado, até há pouco tempo – e ele continuará na casa dos maiores em âmbito nacional. Houve uma alteração no piso de 31,8% e um reajuste de 5% nas tabelas de vencimento. O ajuste de 5%, nesse momento, está sendo proposto na casa linear.

Como a gente tem repetido às entidades de classe que recebemos, estamos no primeiro passo, precisávamos trazer um equilíbrio para os nossos profissionais de ponta para atrair mais profissionais, mas não nos esquecendo de todos os profissionais, sobre os quais continuaremos as conversas com as entidades para um próximo passo no futuro.

No caso dos agentes vistoristas, a carreira tem uma legislação especial. A proposta nesse momento é de um ajuste apenas no que diz respeito à produtividade fiscal, que é a um dos itens da composição da remuneração. Esse valor, que hoje está em 2.100 reais, passaria para 3.100 reais nesse item da produtividade fiscal.

No que diz respeito aos agentes vistoristas, também há um atendimento da sociedade, em especial, no que diz respeito à necessidade de notificação prévia, quando da realização das fiscalizações.

Portanto, o PL compreende um dispositivo que insere a necessidade de uma notificação orientativa de fiscalização, que nada mais é do que uma notificação prévia, quando das fiscalizações. É um pedido. É muito bem compreendido pelas entidades sindicais, mas é um pedido da sociedade, que constasse isso para facilitar as defesas no âmbito do processo administrativo.

Dentro ainda das medidas de valorização - e aqui já caminhando para o final dessa primeira exposição sintética - há um pleito, de que os servidores que ocupam cargos - aliás, dos cargos em comissão, muitas, talvez vocês saibam que são ocupadas por servidores - tivessem um acréscimo de 30 para 50% do valor do CDA. Esse acréscimo, nesse momento, está sendo proposto para os servidores efetivos e admitidos que ocupam cargo em comissão, com o compromisso também dito às entidades - salvo engano, o quadro de engenheiros e outros, que

foram mais específicos nesse ponto - de uma revisão de ocupação a maior para os cargos hoje disponíveis, que também sejam para servidores.

A medida, por fim, acrescenta - dentro desse impacto de 1,996, para ser mais preciso, aproximadamente dois bilhões - o atendimento parcial do acréscimo no vale refeição e uma proposta de mudança no rito, também para acrescentar no vale alimentação, passando de 21 para 25, sem desprezar os pedidos que foram feitos.

A Secretaria de Gestão, nesse ponto, continua com estudos, para que a gente consiga alcançar logo mais patamares até mais atualizados. Lembrando, os vales refeição e alimentação passaram por atualizações recentes.

Nós estamos agora acrescentando esse, mas com o compromisso de dar continuidade. O que eu estou querendo mostrar aqui é um compromisso de dar continuidade.

No momento do alimentação, ele compreende, para todas as faixas, aumentando também os benefícios para os servidores que recebem até dez salários mínimos. Era um pleito, para trazer um pouco mais de equilíbrio.

Falando só de alimentação, o impacto foi de quase 90 milhões de reais, e de refeição, 95 milhões de reais. Nesse primeiro momento, é esse o impacto proposto no alimentação e no refeição.

Dentro dessas medidas, pelo menos, 30%, um pouco mais de servidores no início de carreira, recebem do impacto positivo inicialmente. A gente, a Administração, dentro dessas medidas, tem um compromisso, de que a Secretaria de Gestão se disponha a continuar ouvindo e a construir outros e novos patamares para o nosso futuro.

Eu agradeço a atenção de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Secretária Marcela.

Tem a palavra o Sr. Fabricio Cobra, Secretário.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia a todos.

Presidente Sandra Santana, obrigado aí pela oportunidade. Queria aqui cumprimentar os Vereadores que estão na mesa, os Srs. Fabio Riva, nosso Líder do Governo,

Luana, Vespoli, Sílvia e Giannazi, além dos que estão *on-line*, Srs. Sanção, Cris e outros.

Agradeço aqui a oportunidade. É importante esse momento de diálogo Executivo e Legislativo. A audiência pública é exatamente para isso, para que a gente possa ouvir. Aqui estão não só todas as entidades representadas, como os interessados, que vão ter oportunidade de fala, e Governo está aqui. A Sra. Secretária Marcela acabou de fazer uma exposição de um resumo do projeto de lei.

Apenas venho ressaltar uma mensagem do Prefeito Ricardo Nunes. Desde o ano passado, o Executivo tem feito uma série de alterações e mudanças em projetos de lei que envolvem servidores, com uma ênfase bastante clara.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Mais uma vez, eu peço, por favor, que o plenário não se manifeste enquanto qualquer um estiver fazendo uso da fala, principalmente em sinal de respeito àqueles que estão aqui falando. Todos terão direito à fala, todos aqueles que estão inscritos. É importante que todos ouçam e respeitem. Essa é uma audiência pública, um espaço democrático, onde todos terão a sua oportunidade de falar.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Com uma ênfase bem clara nesses pacotes que estão vindo desde o segundo semestre, nobre Vereadora, nos que ganham menos na Prefeitura. Então, sobre a estruturação dos níveis médio e básico, a gente está falando aqui dos benefícios. No final do ano passado, eram 280 o vale-alimentação. Então, estamos ampliando que quem ganha menos tenha oportunidade também de ter esses benefícios.

O Prefeito está olhando essa questão do servidor, com uma ênfase muito em quem ganha menos na Prefeitura de São Paulo. Esses pacotes têm uma característica muito clara, que é a retenção de quem está no início de carreira. Isso é muito importante hoje na Prefeitura. Tanto a Marcela hoje, na gestão, quando eu passei pela gestão, a Prefeitura tem perdido muitos funcionários que entram na Prefeitura, ficam usamos ou dois anos e, pela baixa remuneração, acabam deixando os quadros da Prefeitura.

Então, esse pacote tem uma ênfase mais forte com relação a quem está no início da

carreira sim, devido a essa constatação; e há inúmeros casos de servidores. A gente tem que reter, atrair e reter novos talentos na Prefeitura. Isso é muito importante, para que a gente tenha continuidade na qualidade e na eficácia dos serviços públicos na cidade de São Paulo.

Então, agradeço, Vereadora.

Acho que é muito importante esse diálogo com o Executivo e o Legislativo. Agradeço todos os Vereadores aqui e os que estão *on-line* aqui. É muito importante essa disposição de o Governo estar presente, o Poder Executivo aqui, o chefe da Casa Civil e a Secretária de Gestão, para ouvir as entidades.

A Secretária Marcela recebeu todas as entidades nesses últimos dois ou três meses. Ela chegou já recebendo todo mundo. Houve todo esse trabalho de diálogo, de conversa. Então, venho enaltecer essa participação conjunta: Vereadores, Poder Executivo e Prefeitura, para que a gente possa agora, dentro da audiência pública, ouvir e receber aí as questões relacionadas ao projeto.

Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Secretário Fabrício.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli, integrante da CCJ.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos. Em nome do Fabrício, cumprimento todos os Secretários; em nome da Vereadora Sandra, cumprimento todos os Vereadores da mesa; e, em nome dos sindicalistas, cumprimento todos que estão aqui.

Primeiro, pelo menos eu acho que deveria haver muito mais diálogo para ser feito um projeto como esse. (Palmas) Por quê? Porque ele acaba com a isonomia das carreiras. Aqui, por exemplo, se a gente for ver o pessoal do quadro da Saúde, que varia de dez a 0,7%, as pessoas tiveram aí, nesse período de inflação, 46%.

Então, quando estão dando para o inicial, em algumas carreiras, de 10, 11, 25, 47 e 55, mesmo as mais altas, engenheiro e tudo mais, 55%, em torno disso, praticamente estão dando a inflação para esse pessoal, um pouco a mais.

Então, assim, o restante vocês estão achatando o salário dessas pessoas na hora

em que não dão a inflação. (Palmas)

Aqui ninguém é contra valorizar as pessoas que ganham menos, e ganhem um pouco a mais do que deveria.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Isso, mas têm que valorizar também as outras categorias. Se a gente for ver o plano do quadro da Saúde, por exemplo, é o mais deprimente. Eles estavam na linha de frente do Covid, eram chamados como heróis há pouco tempo, mas daí os heróis são os que estão menos recompensados na sua reposição inflacionária.

Se formos pegar o quadro da Educação, e aí concordo com o Secretário Fabrício quando falamos o seguinte, dos servidores, estão exonerando por conta da má remuneração, se pegar esse quadro de apoio à Educação eles estão saindo por conta disso. Justamente por conta disso. Vocês vão dar 5% porque quase 32% do piso quantos servidores de Educação estão no piso? É uma minoria. Então, assim, se pode 32%, mais a extensa maioria vai ganhar 5% que vem em forma de abono sem incorporação. Portanto, o projeto é muito ruim nos quadros gerais.

E tem também a extinção de cargos que estão propondo. Sobre isso quero fazer algumas perguntas aos Secretários. Qual o estudo que leva à extinção de aproximadamente 3 mil cargos no Município? Se tem estudo, gostaríamos que fosse enviado para a Comissão de Justiça. Qual o reflexo da extinção desses cargos, por exemplo na Previdência? Porque uma das questões que a Previdência está em déficit é por conta de que, cada vez mais, se terceiriza o serviço e vão se extinguindo cargos. É claro, se não tem base a Previdência vai ter déficit.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - E isso é uma decisão política do Governo. Outra questão é: quais os critérios utilizados para quebra de isonomia na remuneração dos servidores do nível superior principalmente.

Então, assim, são questões que os números não podem ser só colocados aleatoriamente para nós, ah, então um é 47, começa com 47 acaba com 9.6; outro dez acaba

com 0.7; tem de ter estudos por trás disso.

E nós sabemos que as finanças da Prefeitura vão muito bem, obrigado. Nunca as finanças da Prefeitura estiveram tão bem no último período.

- Manifestação na plateia.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Então os estudos precisam ser expostos em termos das finanças da Prefeitura e da realidade da inflação. Esse tem de ser o diagnóstico para fazer um plano de mudança.

Nós entendemos que a reivindicação é sempre pela reposição da inflação, ou seja, o aumento deveria ser linear. Sempre se utilizam desses mecanismos de mudanças de quadros e salários para compensar as reposições inflacionárias.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Vereador Toninho, por favor, finalizando, V.Exa. já usou quatro minutos do tempo.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Só para terminar a última pergunta, do nível básico e médio, está se adiantado as tabelando, mas o que será depois desse ano? Estão adiantando as tabelas, mas queríamos saber também qual será a política remuneratória, porque antes já tinha, 2022, 2023 e 2024, uma tabela estabelecida. Como ficará, adiantando essas tabelas, a vida do pessoal do nível básico e médio. Gostaria de ver essas respondidas essas questões. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Obrigado Vereador Toninho Vespoli. Agora, gostaria de, conforme o que nós combinamos, intercalar as falas e dar início também às falas das entidades de classe. Eu queria a Sra. Márcia de Oliveira, do Fórum das Entidades. Por favor, Márcia, você tem três minutos.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA - Peço licença para tirar a máscara, pois fica mais fácil. Boa tarde a todos e a todas. Agradeço o espaço.

Falo em nome do Fórum das Entidades, a Professora Margarida não está presente, mas estou representando o conjunto das entidades que se reuniram no mês de julho, trabalhando nesse projeto.

Agradeço à Vereadora e à CCJ de dar oportunidade de falarmos um pouco o que já estava difícil.

Temos alguns importantes dos quais as entidades não abrem mão. As entidades não abrem da reposição salarial linear, nós continuamos nossa campanha salarial, continuamos nesse trabalho e entende que não dá para ser pensado por tabelas; assumimos a retroatividade de maio, porque nossa data-base é maio, vejam, nós estamos em agosto ainda discutindo reposição salarial que não é reposição, queremos RGA - Reajuste Geral Anual, que é um direito do trabalhador; entendemos que incorporação, abono complementar, não faz parte de salário, salário é total, portanto abrimos mão, não quer nenhum abono, queremos incorporação aos nossos vencimentos para entendermos aquilo que ganhamos e aquilo que devemos ter; também entendemos que todo esse esforço que está sendo feito - e que serão feitos futuramente - percebemos que começamos, de novo, no dia seguinte fazendo novo trabalho, porque, se não tem um índice, não cria um índice de manutenção dessas tabelas, começamos já para ontem voltar ao trabalho de amanhã, sentar aqui e fazer, de novo as discussões, é necessário criar uma política de atualização das tabelas, precisamos ter um índice que seja aplicada de forma a todos saberem, transparente, portanto.

E quando falamos dos cargos, nós insistimos que tenha um diagnóstico para se falar que tipos e porque foram cortados. Uma cidade como São Paulo que corta o Meio Ambiente, qual é a política de gestão pública, quais as políticas públicas que vamos ter numa cidade que corta o cargo do meio ambiente, o sociólogo, o estatístico, queríamos entender e de conhecer esse diagnóstico. Não estamos nem fazendo juízo de valor, mas gostaríamos de conhecer, porque qualquer coisa que implique em corte de conhecimento, nós gostaríamos de saber quem vai poder discutir essas políticas públicas, quem vai trazer essa expertise.

E ao falar em tabela entendemos, sim, que temos de atrair, de reter, mas temos de pensar também na experiência. Quem chega, precisa do que está indo, é uma roda. Então temos de trazer, sim, pessoas muito bem pagas, porque São Paulo merece isso, a nossa cidade merece isso. Mas a nossa cidade também merece a manutenção dessa tabela para todos os servidores,

os que estão presentes, os que saíram e os pensionistas. Isso é um conjunto. Não existe ninguém melhor que outro. Existe uma troca de experiências, necessárias, para a implantação de qualquer política pública. E quem faz política pública está sentado aqui, dentro dessa auditório.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Finalizando, por favor, obrigada.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA - Agradeço e peço diagnóstico para todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Pergunto se a Vereadora Cris Monteiro, integrante da CCJ, deseja fazer uso da palavra. (Pausa)

A SRA. CRIS MONTEIRO - Presidente, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - V.Exa. vai falar, Vereadora Cris?

A SRA. CRIS MONTEIRO - Não neste momento, Vereadora Sandra, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Pergunto ao Vereador Sansão Pereira se, nesse momento, deseja fazer uso da palavra? (Pausa)

O SR. SANSÃO PEREIRA - Sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - V. Exa tem três minutos, como integrante da CCJ, para sua fala.

O SR. SANSÃO PEREIRA - Muito obrigado. Boa tarde, Sra. Presidente Sandra Santana. Boa tarde às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, ao Secretário Municipal da Casa Civil Fabrício Cobra. Também boa tarde à Secretaria Municipal Marcela Arruda. Boa tarde a todos os representantes dos sindicatos, das associações, das entidades de classe, funcionários públicos e membros da sociedade civil, que estão presencialmente nesse auditório, como também àqueles que nos acompanham de forma virtual.

São 191 inscritos e 16 entidades de classe presentes. Hoje estamos aqui para escutar atentamente as contribuições e sugestões dos senhores sobre esse PL 428/2022 para que o projeto enviado pelo Executivo seja aperfeiçoado. E, lógico, que venha beneficiar tanto os funcionários públicos quanto a população de São Paulo.

- Interrupção na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. SANSÃO PEREIRA - Esse diálogo é aberto dentro da Câmara Municipal, o Executivo e a sociedade, fundamental na construção dos projetos.

Estamos empenhados em trabalhar com consciência e responsabilidade pela aprovação de um projeto justo para todos. Seguimos então... trabalhadores... com os serviços... como são pessoas que têm... para o presidente...

Seguimos aqui ouvindo, acompanhando para poder, então, contribuir da melhor forma possível.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vereador Sansão Pereira.

Chamo, na sequência, o Sr. João Gabriel, do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL BUONAVITA – É muito difícil vir a um espaço como este depois de tudo o que nós passamos nesta Casa no final do ano passado, quando nós tivemos que retirar companheiras e companheiros ensanguentados daqui, quando confiscaram o salário das servidoras e dos servidores aposentados, há anos sem reposição salarial. Hoje, nós ouvimos que o que está acontecendo com o PL 428/2022 é valorização. Não é valorização de uma maioria nem reposição da inflação. A realidade é que a grande maioria, a massa dos servidores está tendo 5%, quando muito, neste projeto, valor que não cobre a inflação dos últimos três meses. Basicamente, o que o Governo está fazendo é escolher quem é que vai e quem não vai pagar as contas, quem é vai ou não comer, e os servidores não estão comendo nem conseguindo pagar suas contas. Essa é a realidade.

É importante sabermos que o projeto tem potencial para tentar nos dividir, mas eles não contavam com a nossa presença hoje, unidos, pedindo 46% para todos, pedindo reposição linear, porque é isso que nos une. Não adianta dizerem que esse projeto valoriza os servidores da Saúde e da Educação, que estiveram na linha de frente, não adianta darem tapinhas nas nossas costas depois de tudo o que nós passamos nesta cidade.

Srs. Vereadores e Vereadoras desta cidade, representantes do Governo, essas

distorções precisam ser corrigidas, senão não vamos ter valorização e em dois meses esses 5% vão ser perdidos pela inflação de dois dígitos. É importante que se diga que não estão sendo cumpridos plenamente os pisos salariais nacionais, nem o da Educação, que é uma complementação, nem o da Saúde, dos agentes de endemias, que acabou de ser aprovado. Se não estiver no projeto escrito “retroativo a 1º de maio para todas as carreiras”, estarão sendo descumpridos os preceitos da Lei Orgânica e da Constituição, pois a previsão da nossa data-base é em 1º de maio, e isso precisa ser garantido, Secretária Marcela e Secretário Fabricio, para todas as carreiras do funcionalismo.

O texto que trata da progressão das carreiras do nível médio, básico e universitário em Saúde, exceto o APPGG, altera, sim, o dispositivo, que é uma conquista da nossa categoria. Então, não é erro de redação, precisa ser suprimido.

Não há justificativa plausível para a extinção de cargos. Esta cidade não vai mais ter assistente social para garantir os SUAS nem o MROSC, Secretária, pois nós já estamos no limite. Vocês estão extinguindo todas as vagas; são apenas sete vagas para assistente social, e o Governo está projetando, Vereador Fabio Riva, abertura de unidades públicas. Mas com que servidores?

Nós temos o maior complexo museológico e arquivístico do País, e vocês estão extinguindo as três carreiras típicas da Cultura: Museologia, Arquivo e História. Quem é que vai dar conta desse maior complexo?

Nós estamos aqui e vamos voltar quantas vezes forem necessárias pela revogação imediata do confisco dos aposentados.

- Manifestações na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada pela fala.

Tem a palavra o Sr. Claudio Fonseca, do Sinpeem.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sra. Presidente Sandra Santa, Secretário Fabricio Cobra da Casa Civil, Secretária de Gestão, Secretária Marcela Arruda, Vereadora Silvia, em nome de quem cumprimento os demais Srs. Vereadores, Líder do Governo Fabio Riva, é

importante que se diga que nós idealizamos esta audiência pública para discutir o PL 428/2022, que dispõe sobre valorização e modernização da Administração, projeto que cria dois novos quadros e, de fato, extingue outros, conforme já foi explicitado aqui, e dispõe sobre a remuneração dos quadros que já estão em regime de subsídio do quadro do profissional de Educação, aplicando-se inclusive um reajuste linear de 5%.

Este debate acontece em um momento em que a Receita Municipal tem um desempenho considerável. Pela avaliação da arrecadação do Município de São Paulo e das suas condições financeiras e orçamentárias, nós sabemos que a Administração poderia ir além daquilo que está apresentando neste momento pelo período de congelamento de salários de e também de benefícios, como quinquênio e sexta-parte, por um período praticamente de dois anos. Por isso, nós entendemos que é possível e factível que seja concedido e aplicado um reajuste maior do que o que foi aplicado.

As receitas correntes do Município arrecadadas entre janeiro e maio de 2022 tiveram uma evolução de 8,3%, as receitas de capital tiveram uma evolução de 9%, e a Prefeitura tem uma aplicação financeira por volta de 30 bilhões de reais. Logicamente nem todos os recursos são destinados somente a pagamento de pessoal, porque há as despesas correntes do Município que precisam ser realizadas, mas a situação da Prefeitura de São Paulo é bem favorável para que nós possamos ter uma situação muito melhor.

Foi dito aqui no início que nós temos 16 entidades representativas, e o fato de termos várias entidades representativas dos vários quadros dos profissionais da Educação nos dá uma facilidade de melhor dirigir a defesa das questões relacionadas ao quadro dos profissionais da Educação. Esse é um projeto de lei que tem 114 artigos, se não me falha a memória, sendo quatro dispendo sobre o quadro dos profissionais da Educação. Esses artigos dispõem sobre o reajuste de 5% de forma linear para ativos e aposentados e também fixam novos pisos remuneratórios para os docentes, para os gestores e para o quadro de apoio; fixação necessariamente obrigatória, já que a Lei 14.660, uma conquista obtida em 2007, determina que esses cargos tenham pisos remuneratórios e que haja a sua revalorização anual.

A partir de 2008, nós conseguimos elevar os pisos remuneratórios na forma de abono complementar de piso, que foram incorporados. Portanto, neste momento de realização desta audiência pública, cabe muito dizer aos Srs. Vereadores quais são as indicações de emendas, de propostas de alteração. Está sendo pedido um reajuste linear de 46% para todos os servidores públicos, porque a Educação não anda sozinha e nós também não nos sentimos confortáveis, de forma alguma, em alijar qualquer setor dos servidores públicos em relação...

- Manifestações na galeria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Se vocês querem que eu me posicione de forma diferente, eu posso me posicionar contrariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando, por favor.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Portanto, a incorporação dos 46%. Nós temos a data-base no mês de maio e, de fato, todos os reajustes e aumentos remuneratórios têm que retroagir a 1º de maio. Nós reivindicamos também, entre as emendas que precisam ser incluídas no projeto de lei, o aumento do percentual que está sendo destinado linearmente para educação de 5% e a incorporação aos padrões de vencimentos em 31,8% para todos os profissionais de educação e todos os servidores públicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Obrigada por suas manifestações.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todos.

Saúdo a Vereadora Sandra Santana, Presidente da Mesa, e em nome dela cumprimento todos os Vereadores, a Sra. Marcela, Secretária de Gestão, demais secretários presentes, servidores, entidades e educadores presentes nesta audiência pública.

Muito já foi falado, mas o que estamos percebendo nesse projeto e que, primeiro, o projeto carece de um diálogo mais profundo com as entidades sindicais, com os servidores e servidoras públicas. Depois, Secretária, vou dizer o seguinte: sou Servidor Público também e a

gente é totalmente favorável a que as pessoas queiram acessar o serviço público, mas o que o Prefeito Ricardo Nunes está fazendo é oferecer um contrafilé para que as pessoas sejam atraídas para virem ao serviço público e depois oferece osso e pele para os servidores que estão aqui há 10, 15, 20 anos. (Palmas).

Esses servidores estão sendo renegados, estão sendo esquecidos e, mais do que os servidores que estão aqui são os aposentados e os pensionistas. No ano passado, tivemos o maldito e nefasto SampaPrev 2 que confiscou a aposentadorias e pensões dos servidores públicos, servidores que ganhavam um salário mínimo. Agora, com esse projeto, o Prefeito Ricardo Nunes esqueceu os aposentados e pensionistas. Porque eles foram taxados, confiscados em 14% e, agora, eles foram esquecidos, literalmente.

Temos uma inflação comendo solta, galopando. No último ano, foi de 12%. E o Governo oferece o quê para essas pessoas que mais precisam? Oferece o confisco de aposentadorias e pensões. Não dá para aceitar isso. Isso burla a paridade, porque muitos servidores têm direito à paridade e o Prefeito Ricardo Nunes está desrespeitando o princípio constitucional. É disso que se trata este projeto.

Para vocês terem uma ideia, o projeto precisa de muitos ajustes, mas muitos ajustes mesmo. O conjunto dos servidores, o conjunto das entidades sindicais pede 46%. A situação da Prefeitura de São Paulo é uma situação muito favorável do ponto de vista econômico-financeiro. É a melhor a situação dos últimos 50 anos. Para vocês terem uma ideia, a perda inflacionária de 2015 para 2022 é de 46% e a receita tributária aumentou 196% na cidade de São Paulo. Isso, às custas da população paulistana que paga seus tributos. Então, temos recursos. A Prefeitura tem recurso para incorporar esse aumento que está sendo pedido, essa reposição que está sendo pedida pelas entidades sindicais.

No ano passado, na Câmara Municipal, deparamo-nos com um projeto enviado pelo Prefeito Ricardo Nunes para cá concedendo aumento para Subprefeito, chefe de gabinete, que variava de 40 até 70% de aumento. E o projeto passou com a base do Governo votando favoravelmente. E os servidores públicos foram esquecidos. (Palmas)

Falei diversas vezes da tribuna desta Câmara Municipal que o Prefeito Ricardo Nunes esqueceu de enviar para a Câmara Municipal o projeto de reajuste anual dos servidores em 2021. Então, queremos a retroatividade.

Secretária, Secretário da Casa Civil Fabrício Cobra também, levem ao Governo que queremos a retroatividade não a maio de 2022, mas a maio de 2021 porque o projeto dos servidores ainda não chegou a esta Casa.

Para que façamos essa discussão de forma coerente, temos de olhar para o conjunto dos servidores. A Prefeitura de São Paulo tem condições.

Foi falado e concordo que muitas carreiras foram esquecidas, mas a carreira da Saúde foi negligenciada. Bateram palmas para a carreira da Saúde, mas esqueceram na hora do reconhecimento porque eles salvaram vidas e aqui a gente está lutando com o conjunto dos servidores porque queremos o reajuste de 46% já para os servidores públicos de São Paulo.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Gostaria só de lembrar mais uma vez a plenária que à medida que os tempos de fala são extrapolados, colegas de vocês ao final não terão direito a fala. Nossa audiência pública será concluída às 14h.

Nosso combinado, de forma democrática, é que todos usariam o tempo de três minutos. Então, começou com atraso porque nós estamos ajustando as regras da audiência junto com os colegas de vocês.

Apenas alertando que nem todos...pode ser que nem todos ao final. Em contrapartida, aqueles que não tiverem a fala por conta dessas questões poderão se manifestar por escrito até o final do dia de hoje.

Chamo neste momento a Sra. Luciane Tahan.

A SRA. LUCIANE TAHAN – Bom dia. Meu nome é Luciane e sou agente de combate a endemias no município de São Paulo.

Ouvi atentamente algumas coisas que foram faladas hoje. Uma delas foi a valorização de quem ganha menos. Não sei se eu dou risada ou se eu choro, porque eu sou

nível básico da saúde e vocês estão propondo um reajuste que não é de 8%, é 7.9% por uma carreira. Vamos falar de números. Para uma carreira que tem financiamento de Fundo Nacional de Saúde, a Prefeitura recebeu no mês de julho 1.700 milhão a mais, por mês isso. Isso virá a mais todo o mês do que a Prefeitura já recebia para pagar o piso nacional dos Agentes de Endemias, que é financiado 100% pelo Fundo Nacional de Saúde.

O nosso piso hoje está 25% menor do que o piso nacional. Em 2016, quando foi o último reajuste, a gente chegou a ganhar 80% a mais do que o piso e, agora, a gente ganha 25% a menos e eles vêm com uma proposta de 8%.

Gostaria muito, mas muito de ouvir ao final desta audiência pública como que foram tirados esses números de reajuste, de valorização do Servidor Público. É inconcebível que uma enfermeira que passou todo o tempo de pandemia, que não acabou ainda, mas estamos vacinados, ter 30 reais de reajuste no final da carreira dela.

O Vereador Toninho falou 0.7, mas é 0.2 para um médico, enfermeiro, que morreram de monte na pandemia, que viram os colegas adoecerem, que tiveram que ficar afastado da família. 0.2. é a valorização para essa pessoa.

Nós, Agentes de Endemias, quando todo mundo tinha uma ordem de ficar em casa, quem estava na rua era a gente. A gente distribuiu cesta básica, organizou fila de vacina, vimos colegas adoecerem, ficamos longe da família, mas estávamos na rua. (Palmas). Fizemos desinfecção de locais público, a gente estava lá sem vacina. Agora, vocês estão negando até o piso.

A Prefeitura está recebendo 56% a mais do que ela recebia para pagar os agentes de endemias e não está respeitando o piso. E eu não quero o piso em forma de abono onde só menos da metade da carreira vai ser atingida. Eu quero o piso no inicial da carreira e os reflexos para cada um aqui que está no Nível VII, no Nível VIII e no Nível X. Queremos os reflexos, não queremos 8%, o máximo de reajuste que um profissional de saúde está recebendo nessa proposta é 16%. Nós estamos desde 2016 sem nenhum tipo de reajuste, o Prefeito teve 46%, os comissionados tiveram muito mais do que isso.

Só para finalizar, como sou uma trabalhadora da saúde e estamos falando de gastos, em 2018, eram gastos 4,9 bilhões com as OSs. Sabem quanto é a previsão de gasto com OSs este ano? 9 bilhões, está bom, mas eles não têm 46% para dar para o servidor público. É isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Tem a palavra o Sr. Rafael Rodrigues, da FASP.

O SR. RAFAEL RODRIGUES AGUIRREZÁBAL – Ótimo dia a todos, quero saudar os participantes desta audiência pública, sejam os que nos acompanham pela transmissão, os aqui presentes, cumprimentar todos os membros da Mesa e agradecer a oportunidade de fala.

Eu sou o Rafael Aguirrezábal, Diretor da FASP, nossa Federação Municipal de Servidores, que congrega inúmeras categorias, inclusive, diversas carreiras e atividades típicas de Estado. Considerando a limitação de tempo, vou ser breve com relação ao PL, vou concentrar minha fala no Título XIII, que institui o plano de modernização do sistema de fiscalização das atividades urbanas e a orientação das atividades urbanas da cidade de São Paulo, vai do Art. 95 ao 108.

Não vou entrar na seara de competência concorrente para legislar sobre o assunto entre União, Estado e Distrito Federal. Essa é uma outra seara, vou centrar a minha fala na questão desse tema do Título XIII, focando então no principal ponto, a questão da fiscalização das atividades urbanas.

No Art. 97 fala: “São diretrizes da modernização do Sistema de Fiscalização de Atividades Urbanas: I - ênfase na utilização de recursos tecnológicos; II - priorização do caráter orientativo das ações, garantindo aos munícipes todas as informações necessárias ao correto cumprimento das normas”.

Pois bem, nesse Inciso II, do Art. 97, é possível vislumbrar a intenção de se garantir aos munícipes todas as informações necessárias ao correto cumprimento das normas. Contudo, essas informações já estão disponibilizadas ao cidadão por intermédio do próprio Serviço de Informação ao Cidadão, o SIC, instituído pela Lei de Acesso à Informação, bem como pelos

vários canais de consulta à legislação municipal, incluindo o Portal da própria Câmara Municipal, que é voltado ao acesso a esse tipo de informação, fora as informações gerais da Prefeitura, dos portais de transparência, enfim.

Por óbvio, se percebe que os canais de consulta e acesso à informação já existem. Não há necessidade de se criar uma nova estrutura para isso, ainda mais – e aqui chamo a atenção -, se observarmos o Art. 103 do mesmo projeto que diz: “Para fins deste Capítulo, será permitida que a Orientação de Atividades Urbanas seja executada por convênios a serem firmados com o Poder Público Municipal”.

Reparem que o Art. 103 apresenta uma redação genérica autorizando que a orientação sobre essas atividades urbanas, citadas no Art. 97, sejam executadas por convênios. O primeiro problema é que não se especifica sequer que tipo de convênio seria possível, seria com particulares ou com outras pessoas jurídicas de direito público? Não está claro aqui.

O segundo problema é que essa atividade está no rol das atividades típicas de Estado no que tange à fiscalização. Mas alguém ainda poderia dizer que não se trata de fiscalização, é mera orientação. Ledo engano, porque basta olhar o que dispõem os Artigos do 100 ao 106, que elencam toda a sistemática dessa orientação que inclui identificação da irregularidade, a emissão de notificação orientativa ao responsável e uma vistoria de controle. Além disso, fica previsto previamente a aplicação prévia, ou seja, antes de se aplicar uma penalidade o responsável receberá uma notificação orientativa.

Bem, estamos aqui para finalizar, Vereadora, claramente diante de uma função considerada como típica de Estado, apenas para recordar que as carreiras típicas de Estado são aquelas que exercem atribuições relacionadas à expressão do poder estatal, não podendo, portanto, ter correspondência no setor privado. Justamente essa tipicidade implicará na exclusividade das atividades desempenhadas pelos respectivos agentes.

Em resumo, a combinação dos dispositivos aqui citados, o Art. 97 e os Artigos 100 ao 106, causará inúmeros prejuízos ao Município ao criar a possibilidade de se terceirizar a particulares, OSs, institutos, fundações, atividades que são claramente típicas de Estado.

Portanto, a redação de tais dispositivos deve ser aperfeiçoada no sentido de se garantir maior segurança jurídica.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Tem a palavra o Sr. Deodoro Vaz, do SEESP.

O SR. DEODORO VAZ – Boa tarde a todos, peço licença para tirar a máscara, cumprimento a Mesa, o Legislativo, o Governo presente, o pessoal do plenário, interno, externo, o pessoal *on-line*, represento o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. E os engenheiros estão na carreira de QEAG, o Quadro de Engenheiros, Arquitetos e Geólogos, que cuidam de toda a zeladoria da Cidade, tem uma função muito importante na Cidade e, inclusive, houve um decréscimo no último Concurso pela debilidade dos salários que estão sendo pagos para esses profissionais.

Vou ser o mais breve possível porque o tempo é curto, mas além da importância de todos os profissionais, temos aqui o Art. 74, do fatiado PL 428, que engloba todas as carreiras, na verdade, deveriam ser separadas em minha opinião, por carreira. No Art. 74, que regula as promoções, temos um detalhe na tabela específica dos QEAGs, do Nível I para o Nível II, temos uma apresentação de 360 horas de títulos para passar de um nível para o outro. E de repente a porcentagem permanece igual e no degrau seguinte a porcentagem aumenta. Então, essa é uma coisa a ser observada pelo pessoal do Governo presente, por favor.

O piso foi respeitado, mas muitos colegas falaram, não está sendo respeitado o retroativo de primeiro de maio. E o final de carreira, porque a inflação, o que bate em um bolso, bate no outro. E aí o pessoal do começo de carreira recebeu além da inflação e o pessoal do final de carreira recebeu os 10%. Acho que esse desbalanço precisa ser coibido.

Também temos a extinção dos cargos. Eu particularmente sou engenheiro efetivo, estou na Casa há mais de 30 anos e trabalho hoje na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Temos a extinção de 561 cargos da carreira de engenheiros, arquitetos e geólogos, e também 80 cargos extintos dos AMAs.

Quero falar de outro detalhe, no Art. 110, por exemplo, fala sobre adicional noturno. Temos colegas que prestam plantão nos fins de semana, gostaríamos de incluir nesse Artigo, se possível, podemos até sugerir uma redação, para que esses colegas sejam contemplados nesse trabalho de fim de semana, quando ocorrer, convocados pelo *Diário Oficial*, fossem contemplados com adicional por esse trabalho no fim de semana.

Outra coisa é a abertura da possibilidade de ingresso a quem ainda nem optou pela carreira. Isso precisa constar no PL.

Sendo breve, ouvimos dos colegas a questão de cursos, como o curso que é realizado na Mauá, para o pessoal evoluir na questão dos conhecimentos, e isso foi podado no ano passado, então a gente queria rever isso também. Principalmente, como falou um dos Vereadores, o Orçamento está gordo, é o melhor momento da iniciativa. Inclusive o Claudio comentou dos valores, por isso a gente gostaria de ser contemplado com esse reajuste, que todos nós merecemos.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Eu queria anunciar a presença dos Vereadores Elaine do Quilombo Periférico e Gilson Barreto.

Tem a palavra o Sr. Paulo Soares, da Aprofem.

O SR. PAULO SOARES DA ROCHA – Boa tarde colegas servidores, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Secretários. É muito triste o servidor aposentado, há 38 anos prestando serviço a esta cidade, ouvir dizer que um Secretário está tentando equilibrar as divergências, as injustiças, dentro da folha do pagamento do Município. Equilibrar como? 5% para mim, 32% para quem está entrando; com 14% de desconto na folha da minha aposentadoria. Que jeito? Que injustiça é essa? Em 38 anos de serviço, eu nunca vi governos que não dão a cara para conversar, manda Secretários, manda assessores e não põem a cara para conversar nem com a população, nem com servidor; manda recado.

Nós servidores temos que ter a consciência que o dia que essa máquina parar a Prefeitura fali. No dia em que o servidor ficar em casa e não tiver atendimento médico, não tiver

atendimento no transporte, não tiver atendimento nas praças das Subprefeituras, acabou. A Prefeitura depende sim do servidor público e precisa valorizá-lo, precisa respeitá-lo acima de tudo.

Nós respeitamos o ser humano; mas, em alguns casos, as pessoas, nas condições dos seus cargos, não respeitam.

Sou Diretor da Aprofem e, em nome da minha entidade, venho dizer: Queremos revisão anual salarial. Abono, não. Chega! Chega! Aumento linear para o servidor, valorizando o servidor, porque o servidor mais antigo, dependendo da carreira em que está, quando chega um servidor novo, ele tem que ensinar o serviço, porque a condição em que o País se encontra na questão trabalhista trouxe muita gente para o serviço público por escape, porque era o que tinha para pegar.

Quando a iniciativa privada oferece alguma coisa melhor, ele corre para lá, porque lá ele será mais respeitado e mais valorizado. Então, nós, das entidades municipais, exigimos respeito. E não é revisar este projeto, não. Retira e chama a categoria para conversar.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Tem a palavra o Sr. João Alberto, do Sinesp.

O SR. JOÃO ALBERTO – Boa tarde. Saudação do Sinesp à Mesa, aos representantes do Governo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, presentes e on-line, principalmente as trabalhadoras e trabalhadores que estão presentes não porque não têm nada para fazer, mas porque estão revoltados, estão insatisfeitos, porque este PL que foi enviado pelo Governo para a Câmara dos Vereadores não foi negociado com ninguém.

Não se sabe as fundamentações, não se sabe nada, e a gente vê as falas do Governo tratando os Vereadores como ignorantes, porque se recusaram a usar a palavra “abono” aqui. O Sr. Cobra falou em “pacote de benefícios”, falou em diálogo com o Legislativo, fez questão de esquecer que isto é uma audiência pública, é um espaço dos trabalhadores e do público, não é só para ter Governo falando com Legislativo.

Nós estamos aqui para tratar de um problema dos trabalhadores do Município de São Paulo. E o desrespeito é tão grande que o Sr. Cobra fez questão de estar conversando durante a fala do Fórum das Entidades, durante a fala de outras entidades e de Vereador da Oposição; simplesmente ficou batendo papo e não prestou atenção ao que estava sendo falado. Então, nós não podemos aceitar essa postura de desrespeito com o trabalhador.

A Secretária apresentou um PowerPoint aqui, falou durante vários minutos sem usar a palavra “abono”, falou em impacto, falou em aumento, falou em reajuste, falou em valorização; mas esqueceu que o servidor não é burro, o servidor não é palhaço, o servidor sabe que estão propondo abono, que não tem reajuste geral anual para ninguém.

Por isso, este projeto que não teve negociação com ninguém levou o Fórum das Entidades a querer a sua retirada, assim como foi a posição do Sinesp. Nós não queremos consertar este PL, porque os problemas são tantos que não dá para consertar. Tem as carreiras, tem extinção de cargo, tem tratamento diferenciado sem reajuste anual, tem quebra do interstício e das referências, tem a extinção de cargos, tem a proposta de abonos não incorporáveis, que no caso dos gestores educacionais do Município atende a minoria, não atinge quase ninguém.

Chega ao absurdo de propor contribuição previdenciária sobre abono, que não é incorporável, gente. É desrespeito à própria lei que a Prefeitura criou. Não se pode cobrar previdência de abono que não vai ser incorporado, além de não garantir retroatividade.

Por isso, a luta do Sinesp continua sendo a mesma: nós não queremos este PL, nós somos favoráveis ao reajuste geral anual de 46% para todo mundo: ativo, aposentado, pensionista. Abono não é salário. Servidor não é burro.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES – Obrigado, Presidente. Cumprimentar trabalhadoras e trabalhadores presentes; o Sindsep.

E sobre a valorização dos servidores municipais: satélites, mais do que nunca, voltados para a América do Sul, Brasil, São Paulo, Câmara Municipal, em meio à pior crise

sanitária da República, nunca antes assistida do planeta, temos nesta Casa um projeto de leis de valorização dos servidores municipais. Perfeito, não fosse a ausência de uma das principais categorias do funcionalismo público atualmente, entre outras.

Nossa saúde, desde a criação do cargo de Agente de Zoonoses, hoje chamado Agente de Endemias, estamos, todos os anos, lutando pela valorização da categoria via Sindsep, que nos representa.

Muitos estão aqui desde o tempo dos 440 reais, um cala a boca que era dado para atingir o mínimo nacional; hoje, há quatro anos, congelado, ou talvez até antes disso. Outros perderam a vida durante a pandemia.

Somos um dos países que mais perderam profissionais do Sistema Único de Saúde, recebendo 0,01% de reajuste por ano, debaixo de sol e chuva; alguns tomando gelado no inverno, devido ao trabalho de nebulização.

O PL 428/2022 exclui a categoria da valorização pretendida, em meio à enorme desvalorização do real e à inflação, destruindo o orçamento. O Real, nos últimos cinco anos, perdeu 30% de valor. Se você tinha mil, você tem hoje 700 reais. E isso fora o aumento abusivo da gasolina, dólar, entre outros, que tornam o dia a dia muito mais penoso para todos, não somente para os agentes públicos, pois toda a população sofre.

Andamos na contramão da Agenda 2030, que está sendo esquecida, por não valorizar essa categoria, porque através da prevenção pode-se evitar gastos públicos com a saúde – a pessoa não vai precisar ir ao médico, não vai gastar dinheiro com transporte...

Sobre os aposentados: 14% de desconto.

Passamos a vida toda trabalhando. Tem que contribuir com 30-20 anos. Nós nos aposentamos já quase não aguentando mais nada. Passa três, quatro anos aposentados, morrem. E aí? Do que adiantou contribuir a vida toda.

É só isso. Obrigado, Presidente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que terá três minutos para a sua manifestação.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e *todes*.

Cumprimento a Mesa, os representantes do Executivo, meus colegas Vereadores, e, principalmente, todos os servidores presentes e as suas entidades.

Quero dizer que estou vereador pela Bancada Feminista do PSOL, mas sou professora 14A, Nível Inicial. E, lamentavelmente, mais uma vez, vemos projeto do Executivo que, em vez de valorizar os servidores, desvaloriza e ataca as nossas carreiras.

O discurso da Prefeitura é uma ilusão, porque mesmo na educação, que é 32%, esses 32% não são reajustes real, é abono, que depois que você mudar de letra vai sumir do seu salário. Então é uma ilusão, é uma fraude dizer que são 32% de valorização, porque não é real. E mais: ao mesmo tempo que é uma ilusão para os iniciais, também é uma desvalorização para aqueles que dedicam mais tempo, aqueles que permanecem, que dedicam a sua energia, a sua formação, a sua dedicação, os mais antigos, que permaneceram todos esses anos prestando serviço para a população de São Paulo. (Palmas)

Aqui se falou em equilíbrio, mas é um falso equilíbrio, porque é um equilíbrio que achata por baixo.

Quer equilibrar de verdade? Vamos equilibrar: 46% para todos os servidores. (Palmas)

Vamos equilibrar. Vamos pegar o mesmo reajuste que o Prefeito teve, que foi de 46%, e vamos dar para todos os servidores.

E mais uma vez os aposentados e pensionistas que entraram depois de 2003 não vão ter reajuste nenhum. Além do confisco de 14% do SampaPrev, os aposentados estão à míngua. Não existe política para os aposentados aqui na Prefeitura.

Poderíamos dizer: “A Prefeitura não tem dinheiro”, “A Prefeitura não tem caixa”, “A Prefeitura está pobre”. A Prefeitura está rica! São 31 bilhões em caixa. Quer valorizar o povo de São Paulo, quer valorizar a população que usa a escola, que usa a creche, que usa a UBS? É valorizar o servidor público, que é quem está lá na ponta – carregando caixão no sistema funerário, quem está aplicando injeção na UBS, quem está aplicando a vacina da Covid. É

valorizar o povo de São Paulo, valorizar os servidores públicos da nossa cidade.

Por isso, este PL, do jeito que está, é inadmissível. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana - PSDB) – Obrigada, Vereadora Silvia.

Chamo agora Felipe Torres, da Anis.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Boa tarde a todos e a todas.

Eu acho que todo mundo consegue enxergar este cartaz.

Isso aqui é ainda uma herança que tivemos do último projeto aprovado pela Prefeitura, a Emenda 41 à Lei Orgânica Municipal, que traz a mesma característica que esse projeto traz: perversidade. Só que, além da perversidade, este projeto ainda traz outra característica: a zombaria. Então prestem atenção, vejam o que é a perversidade.

Não bastasse os aposentados – no caso das carreiras do QA, no caso das carreiras da saúde –, há muito tempo, desde 2016, estarem sem qualquer tipo de reajuste, ainda foram confiscados em 14%. Não bastasse isso, ainda tivemos isso.

Três mil servidores aposentados com deficiências, doenças graves e incapacitantes, infelizmente... felizmente, né, porque está sobrevivendo galhardamente a isso que está sendo imposto, gente que tem câncer, que tem cardiopatias graves, tiveram a sua isenção previdenciária retirada, passaram a pagar até 1.600 reais de contribuição, coisa que esta Prefeitura não corrigiu até hoje. Isso é o cúmulo da perversidade. E a perversidade é a marca do tratamento. Aliás, a perversidade, o desrespeito, o arbítrio, a falta de debate são a marca desta administração com os servidores públicos. (Palmas) E, infelizmente, é o que este governo devota também à população de São Paulo.

Vejam a zombaria desse projeto: chamam de modernização, valorização, um projeto que simplesmente não repõe o confisco previdenciário de 14% que foi feito pela Emenda 41.

Façam esse cálculo. O Governo quer fazer esse cálculo? Vamos fazer esse cálculo.

Dos 90 mil aposentados que temos na Prefeitura de São Paulo – este cálculo está nos estudos do Governo –, a grande maioria não consegue, com os percentuais que são atribuídos, nem repor nominalmente o confisco de 14%. É isso que este Governo chama de

valorização.

Valorização e modernização para este Governo, chama-se também extinguir cargos e carreiras.

Eu devo agradecer ao Governo pelo fato de estar extinguindo as minhas carreiras, a minha carreira. Eu gostaria de ter a oportunidade... O Fabricio está assentindo com isso, e a Secretária disse, inclusive, atendeu demandas. Não sei de quem, mas, se houver essa possibilidade, a gente poderia explicar para que serve um Sociólogo, um Historiador, um Pedagogo, uma Assistente Social, (Palmas), um profissional que dá a vida por esta cidade (Palmas), que morre no seu trabalho e tem zero de valorização como todos os companheiros da saúde, enquanto o Prefeito tem os seus 46%, enquanto esta Administração, em cinco anos, arrecadou 70% a mais na receita corrente líquida, 30 bilhões.

Só para finalizar, infelizmente, sempre quando vem um projeto para cá, versando sobre servidor, a gente tem uma Câmara, Vereadores que são subservientes, pois que, desta vez, não o sejam, que os Vereadores digam não a esse projeto e, mais uma vez, não permitam que essas perversidades tenham êxito. (Palmas)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Chamo, agora, quem está de forma virtual: Sr. Vitor Jacob Manoel. Está conosco? (Pausa) O próximo inscrito virtual Christian Sznick.

O SR. CHRISTIAN SZNICK – Boa tarde a todos. Sou Christian Sznick, diretor de escola.

O projeto que foi apresentado pela Secretária de Gestão mostra que não está sendo feita uma valorização real dos servidores. Está sendo feita uma distinção e um apagamento de carreiras. Então, a gente cobra, sim, precisa ser feito 46% linear a todos.

Estamos na cidade de São Paulo, batalhamos muito na questão da covid, como foi muito bem colocado; a educação também. Ela fez e continua fazendo diversos trabalhos de atendimento às comunidades, como sempre fez.

Então, é injusto, sobretudo, arrocho salarial diminuir as carreiras e colocar valores

menores para cada um; fica um divisionismo de que é mais novo em rede, de quem é mais antigo, isso é arrocho.

É uma cidade rica em recursos financeiros; cidade rica que fez até negociações e tem dinheiro em caixa. Somente a educação ano passado tem registros que deixam bem claro que a cidade de São Paulo deixou de aplicar recursos na educação. Se formos levantar nas demais áreas e demais Secretarias, isso fica evidente.

Então, a cidade tem, sim, condição de chegar a 46% para todos, não somente a cargos comissionados e do alto Executivo; a Câmara Municipal também tem recursos. A gente cobra: precisa ter uma valorização coerente e decente. Quarenta e seis por cento não é luxo. Isso é uma parte do reajuste de inflação que é muito alta. Todos aqui sabem: cada vez que se vai ao mercado, voltamos ao patamar dos anos 80, pois todos os dias, praticamente, temos aumento nas seções básicas.

Os serviços da Prefeitura precisam ser feitos por servidores públicos, porque nós ficamos, geramos carreiras, temos empatia e contato com a população; não os serviços terceirizados que precarizam o trabalhador.

Então, a defesa é que o servidor público seja valorizado. Valorização não é com abono. Valorização é com um aumento real de 46%. (Palmas)

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Christian.

Chamo, neste momento, Maria Mota.

A SRA. MARIA MOTA – Boa tarde a todos e todas.

Peço licença para tirar a máscara. Eu sou Maria Mota, uma Assistente Social por escolha diária dessa profissão. Hoje, sou membro da Direção do Sindsep.

Algumas coisas já foram ditas, mas vou me ater à extinção de cargos. O que significa para esta cidade a extinção de cargos. Vamos olhar para a Assistência Social. Todos aqui sabem que temos uma Secretaria Municipal de Assistência Social? É importante isso. A gente está falando de uma Secretaria Municipal.

A gente olha para uma Secretaria Municipal sem a possibilidade alguma de extensão das suas unidades estatais: CRAS, CREAS e Centros POPS. Por quê? Porque eu incomodo, porque você incomoda, porque o servidor público desta cidade incomoda. Então, para que eu preciso de analista? Para que preciso de Assistente Social nesta cidade para atender a população? Não precisa.

Tudo o que eles querem da gente é que o povo tenha política pobre para gente pobre, porque, quem vai na área e faz o atendimento à população é você, sou eu, somos nós que estamos na área, não é Vereadorzinho, não é Prefeito. (Palmas). Não é essa galera que vai nas regiões apenas quando quer voto.

O que significa comprar o voto pela cesta básica, Márcia? Porque, quando a gente vai para a área é para fazer defesa de direito. É para fazer defesa de atendimento.

Então, não é pouca coisa que está havendo nesta proposta de PL.

Eu pergunto: vocês sabem o que significa NoDRH? O que significa SUAS, Sistema Único de Assistência Social? Sabem o que significa proteção básica? Proteção especial? Vocês sabem o que faz um CRAS, um CREAS e um Centro POP nesta cidade? Não sabem.

Portanto, as perguntas que nós fazemos aqui: com base em que a extinção de cargos está sendo proposta? Não têm resposta. Porque não têm responsabilidade para fazer uma proposta como essa e chamar de valorização. (Palmas)

É uma vergonha e uma irresponsabilidade gestar uma cidade deste nível com uma proposta como essa. Não conhecem os vazios assistenciais – palavras novas. Precisamos saber o que significa isso.

Quem conhece as mães desta cidade, os homens desta cidade, as crianças somos nós.

Portanto, pela não extinção de cargos!

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Maria.

Chamo, agora, a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Presidente. Agradeço. Dou boa tarde a todos

os presentes.

Eu pude estar no início da audiência e escutei a apresentação da Secretária de Gestão. Eu queria, primeiro, perguntar se a apresentação e o *power point* foi encaminhado às entidades com alguma antecedência. Parece-me que não, porque dar detalhes do projeto, parece-me que não foram enviados às entidades sindicais, o que é ruim no diálogo, para a gente conseguir entender e para as entidades conseguirem enviar suas propostas em relação aos detalhes do PL.

Dado que eu apurei que não foram enviados, eu gostaria de, antes de começar a minha fala, fazer um apelo para o Governo e para o Líder do Governo que se faça esse diálogo antes da primeira votação.

Eu não acho que o dia de hoje reúne condições políticas para fazermos a votação em primeira. (Palmas) Eu queria fazer esse apelo para que tenha esse debate, essa conversa, e, depois, a gente vote.

No dia 28, eu mandei um ofício para a Secretaria de Gestão que ainda não foi respondido. Eu queria repetir as perguntas do ofício já que ele não foi respondido mesmo que eu tenha aberto processo SEI.

Sobre a extinção de cargos e disciplinas nas carreiras do QAA e QAG, se há diagnóstico que fundamente a medida e, se afirmativo, com quem ela foi debatida; qual o número de cargos com provimento e os vacantes atualmente, e, com as referidas extinções, previsões de extinção, qual o número restante de cargos de acordo com cada disciplina; como a Administração pretende prover as atividades previstas por esses profissionais e qual o custo, atualmente, com a folha de pagamento de ativos e inativos e pensionistas dos profissionais QAA e QEAG. Quem vai executar todo o rol de atribuições dos profissionais. Como se pretende substituí-los e com qual estimativa de custo.

Quis dizer isso porque o número de cargos extintos nessa proposta é extremamente alto. São milhares de cargos que podem ser extintos e quando se fala em extinção de cargo – isso é algo muito grave, os meus colegas Vereadores sabem disso -, porque para recriar um

cargo é um nível de trabalho da administração muito grande. Por isso é muito difícil recriar um cargo, quando extingue. O Secretário sabe disso. Dá para ficar um cargo vago por um tempo, mas extinguir e recriá-lo depois é muito ruim. Por exemplo, uma eventual nova gestão ou mesmo o Prefeito Ricardo Nunes, se for reeleito...

- Manifestações na plateia.

A SRA. LUANA ALVES – Ele não vai conseguir recriar esses cargos em menos de dois anos. Vocês estão extinguindo três mil cargos, inclusive mais de 1.500...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUANA ALVES – Vocês estão extinguindo cargos que não serão recriados ou vai demorar anos para serem recriados. Isso é muito grave. E são cargos, senhores, em áreas estratégicas. Queria chamar a atenção para isso. Em áreas que eu não acho que seja possível terceirização. Planejamento urbano, fiscalização ambiental, são só alguns exemplos de cargos que são impossíveis de serem terceirizados, porque exatamente fiscaliza um poder privado na cidade de São Paulo.

Queria chamar atenção para isso... (Palmas) Existe quem ache que é possível terceirizar saúde e educação. Vereador Riva, eu não acho que dá para terceirizar saúde e educação. Mas mesmo os que acham sabem que certas áreas estratégicas são impossíveis terceirizar, em especial disciplinas muito específicas ligadas a planejamento urbano, fiscalização ambiental, à questão científica – como é o caso do Planetário –, à questão de museus. São cargos que não podem ser extintos, porque não podem ser terceirizados.

Queria chamar atenção, só no final, em relação aos cargos da assistência. Estamos passando por uma das maiores crises econômicas das últimas décadas. Crises que estão gerando fome, que estão gerando desemprego, que estão gerando aumento de população em situação de rua e as respostas neste momento é extinguir cargos da assistência me parece completamente fora de propósito.

Gostaria de fazer esse debate com os senhores e adiarmos essa votação, porque hoje não há condição. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Com a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Apenas queria esclarecer à Vereadora Luana e a todos que hoje não haverá sessão plenária pelo falecimento do sempre Vereador Toninho “Vespoli”.

- Manifestações na plateia.

O SR. FABIO RIVA – Desculpa, Toninho.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Riva, você já está me matando.

O SR. FABIO RIVA – Desculpa. Vereador Toninho, com todo o respeito, vou te dar um abraço.

- Manifestações na plateia.

O SR. FABIO RIVA – Pessoal, desculpe a minha falha. Eu estava olhando para a Luana e vi o Toninho. Na verdade, o falecimento do sempre Vereador Toninho Paiva, que teve inúmeros mandatos nesta Casa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Só peço um pouquinho de respeito, até com meu ato falho.

Cumprimento o sempre Vereador Claudio Fonseca.

Eu queria explicar à Vereadora Luana, porque como não haverá sessão por essa questão regimental, só queria esclarecer que a votação, inclusive feito o acordo, antes do início do recesso parlamentar, de hoje a audiência pública, a votação em primeira, no projeto original, recebendo eventualmente as contribuições até a segunda audiência pública. Mas infelizmente hoje não haverá sessão, por isso fica para amanhã essa votação.

A SRA. LUANA ALVES – Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Com a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Apenas para avisar que a Bancada do PT e do PSOL vão fazer uma reunião agora na Liderança do PT. Por isso algumas pessoas do PSOL terão que se retirar, porque inclusive iremos discutir um pouco esse projeto. Está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pois não. Com a palavra o Sr. Denis, da

Amaasp, por três minutos, para suas contribuições.

- Manifestações na plateia.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Boa tarde a todos. Tenho a possibilidade de falar em nome da Amaasp, Associação dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo.

Duas categorias de nível básico e nível médio que foram recentemente reestruturadas, a ponto de ter sido alvo e objeto do segundo *slide*, da primeira apresentação. E eu gostaria de tecer algumas observações, principalmente para o Fabricio, para a Secretária Marcela e também para o Fabio Riva. Eu não vou entrar muito no mérito do projeto de lei, porque por meio do Ofício 10, da Amaasp, encaminhamos para vocês, de forma mastigada, possíveis sugestões. Se houver interesse, irão verificar e se tiver vontade, inserirão como possíveis emendas. Mas queria trazer uma reflexão e fazer uma analogia: deixa uma pessoa sem água e sem comida por cinco, 10 dias. Quando apresentarem a ela uma bolacha de água e sal, ela não vai ligar se tem recheio ou não nessa bolacha, porque ela já está passando fome, já está com sede, ou seja, está na miséria. É por isso que 99% do nível médio e 95% do nível básico assinaram uma reestruturação.

Passando um pouquinho, desde que entrei na Prefeitura, houve uma reestruturação em 2004, não sei dizer quando teve antes, possivelmente em 88, não sei, ou nos anos 90. Mas nós ficamos de 2004 até 2014 sem nada, ou melhor, com a nefasta política salarial de 0,01%. Em 2014, nós tivemos a possibilidade de ter uma reposição tabelar, que todos os governos buscam dizer “valorização”. Mentira. Valorização para servidor público não foi visto. E sabe por que a gente luta? A gente luta para não perder. Valorização para nós seria simplesmente utilizar a mesma justificativa que os Vereadores utilizaram, que o Prefeito utilizou, que o Tribunal de Contas utiliza: repor a inflação. A gente não está buscando aumento acima, nós estamos buscando 46% para todos. (Palmas) E pasmem, 46% já não pega a inflação dos últimos períodos em que as carreiras tiveram algum tipo de reposição, que eles chamam de valorização.

Portanto, Fabio Riva, Marcela, Fabricio Cobra, quando vocês falam que estão fazendo para aqueles que mais precisam, eu busco falar aqui desde 2016, quando tive a

oportunidade de a Associação ser fundada: o que vocês estão fazendo para quem não tem paridade, integralidade? Para essas pessoas é 0,01% desde 2002. Elas não têm sequer nenhuma gratificação, nenhum abono, não tem nada. Se vocês estão fazendo para quem mais precisa, cadê o dispositivo para essas?

E para finalizar, não sei nem qual palavra utilizar para não ser mal-educado, mas que sistema é esse que vocês fazem algo da noite para o dia, não falam com nenhuma entidade representativa e a gente tem que se humilhar aqui durante três minutos? Falaram que houve reuniões em Câmaras fechadas, reuniões só com Vereadores da base, depois não passam nada para nós. Dizem que dialogam, mas não mandam nada antecipado. E em três minutos a gente tem que falar tudo aqui, impossível. Mudem esse sistema. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Passo a palavra à Vereadora Juliana Cardoso. (Pausa) Vereadora Juliana está declinando da sua fala. Chamo, então, Joélia, do Sedin. Está presente? A senhora tem três minutos para as suas considerações.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Licença para tirar a minha máscara.

Quero cumprimentar todos da Mesa e todos os trabalhadores presentes. Infelizmente nós temos que estar aqui e, em três minutos, fazer uma fala para resolver uma vida inteira de trabalho. Eu tenho, por 40 anos, trabalhado e contribuído e 60 anos de idade.

Nós estivemos, juntamente com o fórum das entidades, em atos, manifestação, de fato, na Secretaria de Gestão e fomos recebidos pelo Sr. Fabrício Cobra, pela Sra. Marcela, que dizia o tempo todo e afirmava estar construindo um projeto novo, moderno.

Na última reunião, juntamente com a Sra. Marcela e com a participação do Sr. Fabrício, que hoje está na Casa Civil, nós cobramos deles uma resposta para a campanha salarial de 2022, que não foi discutido nem apresentado nada. Eu ainda rateei com a Sra. Marcela e ela apresentou uma coisa superficial e, na madrugada daquele dia, o projeto já estava na Câmara. Está gravado. Eu tenho a fala dessa gravação, dessa reunião da mesa central.

Esse novo e esse moderno significam a extinção dos cargos, a redução dos salários e uma proposta para a Educação indecente. Por que ela é indecente? Ela reajusta até o Nível 3

em 25% e o restante da carreira, 5%. E eles querem fazer em forma de abono complementar e não querem, não falaram em incorporação dessa proposta nos padrões de salário.

Eu ouvi aqui com muita atenção a fala da Sra. Marcela e ela disse o seguinte: nós até poderemos continuar negociando. Ora, bolas! Um projeto do Executivo aprovado nesta Casa, depois quem é que quer discutir reajuste salarial? Foi, a Inês é morta. Ninguém aqui é burro. (Palmas)

Então é um Governo que deu a si próprio, ao Sr. Prefeito, aos cargos de confiança dele, 46%. Estraçalhou com a nossa previdência pública. Acabou com os aposentados que estão morrendo à míngua, com uma inflação altíssima. E nós temos três minutos para fazer uma defesa em nome da carreira, dos nossos salários, em nome do atendimento público na Educação, na Saúde e na Cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando, por favor.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Isso é imoral, é indecente. Não dá para falar, trabalhadores e trabalhadoras de todas as carreiras. O projeto não foi discutido. Eu espero, Sra. Marcela e Sr. Fabrício, que o senhor cumpra a Lei 14.060 no seu Art. 100, da incorporação em todos os padrões de salário e, principalmente, os salários dos trabalhadores da Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando, por favor.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR - Porque eu sou da educação infantil, eu estou Presidente do Sindicato da Educação Infantil desta cidade, do Município de São Paulo, o Sedin. É angustiante vir a esta tribuna e em três minutos falar sobre isso e defender os trabalhadores do funcionalismo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana – PSDB) – Chamamos agora a Sra. Flávia Anunciação. A senhora tem três minutos para as suas considerações.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – Cumprimento todos. Sou Flávia, trabalhadora da Saúde.

Tirar a máscara? É difícil para um trabalhador da saúde tirar a máscara, é estranho. É complicado, Secretário Fabrício Cobra, entender esse processo de valorização.

Valoriza quem começa numa carreira em que não tem concurso público, não entra ninguém, num inicial de carreira vazio, e aí você diz que isso é para atrair novas pessoas. Mas aí você vai atrair novas pessoas e você vai contar para elas que ao longo da carreira ela vai ter um achatamento e ela não vai ter nenhum tipo de valorização. Quando ela chegar na aposentadoria, ela vai ter um desconto tão exorbitante que não vale a pena ficar no serviço público.

Então é um tipo de valorização ao contrário, que é incompreensível de a gente entender, para quem lida com RH. O senhor passou ali fora, a gente quer reajuste, sim. Valorização do serviço público não é só valorização salarial. É você olhar integralmente para a carreira dos servidores e perceber que, além do salário, a gente precisa de condições de trabalho, a gente precisa ter uma carreira com segurança, não com essas mudanças que vocês vão fazendo ao longo do processo, destruindo o serviço público, destruindo as nossas carreiras e colocando as nossas vidas em extrema fragilidade.

Lembrando que aqui dentro a gente tem um conjunto de servidores, um conjunto de entidades que é capaz de sentar com os senhores e fazer a discussão. O projeto é tão ruim que é compulsório, a gente não tem direito a opção. Ele não é um projeto de valorização. Vocês estão oferecendo algum dinheiro, pouco, que não recompõe absolutamente nada. Vocês não estão considerando todas as perdas que nós estamos tendo, inclusive da estrutura da carreira. E vocês querem chamar isso de valorização. Não é? (Palmas)

Aqui estão homens e mulheres que durante toda a pandemia estiveram na linha de frente, não se furtaram a atender a população, a municipalidade, são reconhecidos. Porque o SUS foi reconhecido não pela gestão, o SUS foi reconhecido pelos trabalhadores que estiveram na linha de frente, que morreram e que cuidaram com zelo da população do Município de São Paulo. (Palmas)

O que a gente está pedindo, Secretário, é uma negociação honesta, legítima, porque, se isso passar, não tem legitimidade. Nenhum processo em que você desconsidera o conjunto da entidade, a fala e o desejo dos trabalhadores tem legitimidade. Essa pode ser uma valorização tangenciada, feita por vocês, mas sem ouvir a categoria e os nossos representantes. O que a

gente está pedindo é uma negociação legítima e honesta, em que se sentem vocês, as nossas entidades e a gente possa discutir de uma maneira negocial mesmo. Nesse processo de negociação que vocês, por mais que tenham nos recebido e tenham sido gentis conosco, vocês estão negando um processo que todo mundo aqui reconhece, que é o processo de negociação, e isso a gente não pode aceitar. Porque, quando isso acontece, dá esse projeto torto do jeito que está. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Chamo agora o Sr. Rui Ferreira da Silva Júnior, que está no plenário virtual. Você tem três minutos para as suas considerações.

O SR. RUI FERREIRA DA SILVA JÚNIOR – Boa tarde.

Obrigado por nos receberem. Cumprimento os nossos representantes da mesa, os servidores. Sou o Rui, dirigente sindical do Sinesp. Vou complementar as falas que foram feitas até agora. A questão de negociação é mentira. Não foi negociado, foi imposto. Abono não é salário, abono não é da carreira. Abono vai embora.

Nós queremos, gostaríamos que fossem levadas em consideração as negociações. Os 46% dados ao Prefeito e aos cargos de confiança que fossem repassados aos servidores de carreira. São os servidores que estão às 7h da manhã na escola e de madrugada no posto de saúde que atendem a população.

Quando o Governo fala em qualidade que não tem no servidor com essa qualificação, é o Governo que representa vai junto, é a imagem do Governo também.

Já foi dito várias vezes, na ponta estão os servidores. Os governos passam, os servidores ficam. Nós queremos o reajuste linear para todos da carreira. Nós queremos que não seja abono, queremos ser ouvidos, negociação de fato, não queremos nada *fake*. De *fake news* este país já está muito, já foi... Queremos negociar e sermos ouvidos.

É isso aí. Muito obrigado pela escuta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Chamo, neste momento, o Sr. Mário Fortunato. Passo a presidência ao Vereador Fabio Riva.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. MÁRIO FORTUNATO – Boa tarde a todos os presentes, Vereadores, Secretários.

Eu sou agente vistor. Nós normatizamos a cidade, cuidamos das posturas municipais. Fomos linha de frente na pandemia da Covid, embora não termos sido reconhecidos por isso, mas estivemos na linha de frente na pandemia da Covid.

Primeiro faço um esclarecimento, Secretária, quem propôs orientação para as leis fomos nós, baseados numa proposta do então Vereador Ricardo Nunes, no Plano Diretor. De lá para cá, toda vez que nós orientamos as leis, temos um número extraoficial, 92% das orientações que foram atendidas, as pessoas foram regularizadas.

A proposta de orientação é ótima, mas – sempre tem um “mas” – quem colocou o artigo 103 que possibilita a terceirização das nossas atividades? Esse artigo deveria ser retirado. Que convênio que é esse de terceirizado com poder polícia administrativa, isso não existe.

O artigo 100 tem de ser acrescentado para deixar bem claro quem faz isso. A única forma, quem vai orientar, quem vai validar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRIO FORTUNATO – Então, nós temos que acrescentar. Nós estamos em negociação, apresentamos para o Líder do Governo a proposta de, vamos apresentar para a Secretária, esperamos ser acatados. Porque nesse projeto de orientação a única carreira que tem, que a gente está propondo métricas para acompanhar o nosso trabalho. Não só a quantidade de trabalho feito, mas a qualidade desse trabalho. Nós devemos isso ao Município, aos cidadãos da cidade. Nós cuidamos da cidade.

Para finalizar, nós somos negativamente para a proposta do aumento. Aquela base de cálculo, desculpe, é mínima. A gente vai ganhar menos de qualquer nível superior.

Se unisse a ideia de vocês é valorizar, chamar pessoas para início de carreira, que prestem concurso. Nós precisamos e concurso urgentemente, desde 2002 não temos concurso. Há 300 pessoas na ativa, numa cidade com 13 milhões de habitantes, esse concurso vem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARIO FORTUNATO – Correto. O Fabricio está me falando que concurso já está quase certo. Autorização do Prefeito, concordo plenamente e agradeço.

Só que, vou dar um exemplo simples e prático. Está aí o Plano Municipal de Redução de Riscos, o que é esse Plano? É uma firma contratada que vai entrar em todos os lugares, vai olhar e colocar números. Naquela beira de morro tem 100 pessoas, naquele córrego tem 50 pessoas, só que, Fabrício, Secretário, Vereadores, quem vai colocar o nome daquelas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Se o senhor puder concluir. Obrigado.

O SR. MÁRIO FORTUNATO –Transformar aqueles números em gente, somos nós. Eu espero, na conversa que nós teremos ainda, que seja valorizado. Esse nível inicial é abaixo de tudo, desde 2016 não tivemos aumento. Correto?

Só para finalizar. Seria isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Antes de devolver a presidência à Vereadora Sandra Santana quero anunciar a presença do sempre Vereador, hoje, Deputado Estadual Professor Carlos Giannazi. (Palmas) É sempre um prazer. Forte abraço.

- Assume a presidência a Sra. Sandra Santana.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Chamamos agora a Sra. Natália Paganotti Antonucci. (Palmas) Três minutos para as suas considerações.

A SRA. NATÁLIA PAGANOTTI ANTONUCCI – Boa tarde a todos e a todas.

Venho falar em nome dos analistas de meio ambiente. Somos 83 profissionais de nível superior, formamos uma carreira específica da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a única na Prefeitura para a qual se exigiu pós-graduação para ingresso.

Atuamos de forma multidisciplinar, somos engenheiros, arquitetos, biólogos, sociólogos, físicos, químicos, geógrafos, dentre outras formações.

Essa característica de abrangência multidisciplinar do analista em meio ambiente é fundamental para, por exemplo, o bom andamento do licenciamento ambiental do Município, do planejamento ambiental, do cumprimento dos planos e metas da cidade de São Paulo, dentre

outras atribuições do nosso cargo.

Destacamos que a proposta do PL atual nos colocou numa situação de injustiça salarial muito grande, dentro do quadro de desenvolvimento humano e social. Uma vez que nossos colegas do quadro de profissionais de engenharia, arquitetura, agronomia e geologia que trabalham lado a lado conosco, atuando nos mesmos processos, assinando os mesmos pareceres, dentro das mesmas equipes técnicas e compartilhando as mesmas responsabilidades legais e funcionais foram contemplados com valores que chegam a uma diferença de 4 mil reais para servidores no mesmo nível da carreira.

Caso o texto atual seja aprovado, colegas que acabaram de entrar na Prefeitura ganharão mais do que nós que estamos há 13 anos na Prefeitura.

Desculpe, isso não é justiça, isso não é valorização.

Sendo assim, com todo respeito às demandas dos demais colegas, pleiteamos à Gestão e aos nobres Vereadores apoio à proposta protocolada de criar uma tabela específica para os AMAs dentro do quadro de desenvolvimento humano e social, com vencimentos adequados, compatíveis com as nossas funções e com a exigência de pós-graduação que é exclusiva da carreira.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Natália.

Passo, agora, a palavra à Vereadora Juliana Cardoso. V.Exa. tem três minutos para suas considerações.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidenta.

Boa tarde, povo de luta. Boa tarde, servidores públicos, que estão na ponta, segurando todo esse desgoverno do Sr. Bolsonaro, que tirou e fechou 24 anos de recurso do Governo Federal para as principais atuações, que são saúde e seguridade social, aquilo que é serviço público.

Precisamos, também, dizer que tudo isso vem vindo como se fosse desde federal, estadual e municipal, e na cidade de São Paulo muitas vezes se apegam a legislações que são

federais para poderem acabar com o funcionalismo público.

Temos ouvido Vereadores falarem, na tribuna, o tempo todo, que os servidores públicos são vagabundos. Nós temos ouvido, infelizmente, gestões falarem que os servidores públicos não fazem o seu trabalho. Eu gostaria que cada um desses estivesse de verdade na ponta, fazendo atendimento nas áreas da assistência social e da saúde, nas Subprefeituras, como os agentes que estão todos os dias conversando com o povo. Eu gostaria que eles tivessem esse salário que vocês têm para poder sobreviver.

Dizem que vão melhorar as carreiras, sendo que já iniciam com a extinção de 3.696 cargos dos servidores públicos. Onde está isso? Qual é a atuação, senhoras e senhores do Governo, dizendo que vão abrir concurso público? Aqui, estão extinguindo servidores públicos. Aqui, estão dizendo: “Nossa, nós vamos dar aumento de 5%. Vocês têm de ficar felizes.” Porém, de fato, não colocam aqui a carreira do jeito que ela é.

Pessoas que estão aqui, senhoras e senhores do Governo, são pessoas que dão a vida, que estudam, que estão lá, para defender o SUAS, o SUS, os servidores públicos e os serviços públicos. É isso o que faz o atendimento na ponta.

As terceirizadas, que são as OSCs, muitas vezes estão sendo contratadas e elas não podem falar nada daquilo que elas sofrem. Os servidores sofrem, pois se paga menos e eles trabalham mais, não conseguindo abrir a boca, porque, senão, vão ser mandados embora.

Por que será que vocês têm tanto medo dos servidores públicos? Será que é porque eles sabem exatamente o que significa um serviço público? Será que eles estudaram tanto a Constituição quanto quaisquer serviços a que estão destinados, para eles poderem trabalhar, para fazerem um atendimento qualificado?

Então, senhoras e senhores do Governo, essa proposta que está sendo colocada em prática não atende os servidores públicos. Não adianta vir com migalhas de aumento e desvalorizar cada um desses servidores que estão aqui e que trabalham na ponta. Vocês não dialogaram com os sindicatos. Vocês estão fazendo ações que acham que vão servir, sendo que o servidor que está na ponta sabe exatamente o que é preciso – e não é só salário.

Eu quero que também digam para que, dentro de um orçamento que existe na cidade de São Paulo, vocês vão economizar um recurso dos servidores públicos, sendo que temos passado em várias Unidades Básicas de Saúde, em várias relações de assistência social, e infelizmente não têm os equipamentos públicos necessários para o atendimento pós-pandemia.

Então, retirem esse projeto de lei. Se vocês querem, de fato, valorizar os servidores públicos, façam o mesmo aumento que deram para os Secretários e para o Prefeito, que é de 46%. (Palmas)

Muitíssimo obrigada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Passo a palavra, agora, ao Sr. Francisco Ernane, da ACMSP. Tem três minutos para as suas considerações.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Vereadora Sandra Santana. Deixo registradas nossas condolências aos familiares e amigos do Vereador Toninho Paiva, recém-falecido.

Meu nome é Ernane, como já foi anunciado. Estou como Presidente da Associação dos Contadores e falo, também, em nome da ADAM e da Associação dos Administradores, Estatísticos e Economistas.

Sra. Presidente desta Comissão, o Orçamento da Prefeitura de São Paulo tem muito espaço para uma proposta de valorização melhor do que a que foi apresentada, isto porque nós sabemos que o nosso Orçamento, já projetado para o ano de 2024, é de 90 bilhões. O nosso Orçamento vem sendo superado a cada ano e isso só é possível porque nós temos profissionais, servidores públicos competentes, na fiscalização, no controle das finanças e no controle da execução, também, o que é muito importante. Isso é o que nós sabemos fazer e fazemos muito bem – nós, contadores, administradores, economistas, estatísticos, dentre todos os demais servidores, sejam os da área-fim, sejam, como nós, da área-meio.

Nós somos, sim, Vereador Fabio Riva, merecedores de uma valorização. Por essa valorização lutamos, Vereador e Vereadora Sandra Santana. Nós, da Associação dos Contadores, temos lutado muito pela atração, pela retenção e, também, pela manutenção dos

servidores públicos. Esse é um pleito nosso, sim. Nós sofremos muito com a falta de atração nos concursos para contadores. Sofremos muito com a falta de retenção e sofremos muito com a falta de manutenção, mas nós entendemos que há um princípio fundamental, um princípio da Constituição Federal, o da isonomia – e esta é a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, se nós valorizamos o começo e o meio, devemos valorizar, sim, o fim, também, porque nós, servidores com mais de duas décadas, temos a importância fundamental de capacitar e incentivar aqueles que estão chegando. Vereador Fabio Riva, Vereadora Sandra Santana, Secretário Fabricio, Secretária Marcela, nós temos, sim, esse papel e esse papel é importante.

Eu não vou deixar de falar da questão dos aposentados. Há outra questão, também, de ordem legal, que nós vemos aqui. (Palmas) Temos, sim, de valorizar muito aqueles que deixaram um grande legado para nós, que estamos na ativa. Já sofreram um grande golpe com o confisco dos 14%? Sem dúvida nenhuma, mas e a valorização? Então, nós nos preocupamos muito com a questão das opções para as carreiras, Sra. Vereadora Sandra Santana.

Já estou finalizando. Permita-me apenas falar desta questão, que é de ordem constitucional e de suma importância para esta Comissão. É o artigo 34 do projeto de lei, que veda expressamente a opção dos titulares de cargos e ocupantes de função de Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas. É uma carreira anterior à atual carreira de APDO. Então, precisamos de esclarecimento sobre esse artigo 34, que nos parece ser contraditório ao artigo 31 do mesmo dispositivo legal, deste mesmo PL. O artigo 31 permite a opção e o artigo 34 veda.

Nós temos, sim, de ter um dispositivo neste projeto de lei, que garanta expressamente o direito dos aposentados e pensionistas. Não podemos abrir mão e renunciar a esse pessoal que entregou a vida para essa Prefeitura. (Palmas)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Chamo, agora, a Sra. Rosa Araujo. Tem três minutos para suas considerações.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vereadora Sandra Santana, só vou pedir licença, porque temos reunião de Bancada. Está lá o pessoal do sindicato, inclusive. Então, tenho de descer, para também acompanhar a reunião. Está bom? Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pois não. O Vereador Fabio Riva também está saindo?

O SR. FABIO RIVA – Estou indo para o Colégio de Líderes, agora, às 14h.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Nós já estamos nos encaminhando para o final da nossa audiência pública. Sra. Rosa Araujo, tem três minutos para as suas considerações.

A SRA. ROSA ARAUJO – Boa tarde a todos e a todas que estão presentes nesta audiência. Sou Rosa Araujo, professora da rede municipal de ensino e coordenadora pedagógica, também dessa rede, atualmente aposentada. Sou profissional da educação da cidade de São Paulo e gestora aposentada.

O PL em discussão nos foi apresentado como um falso discurso de valorização. Contudo, gostaria de propor nesta Casa uma reflexão sobre o que este Governo entende por valorização e questionar que tipo de valorização é esta, que desconsidera e desvaloriza servidores que dedicaram uma vida ao trabalho, no atendimento à população, que nos humilha, apresentando propostas de abonos que não serão incorporados, atacando nossas carreiras, extinguindo cargos e carreiras. Como se não bastasse, é necessário lembrar o confisco realizado pela Prefeitura aos nossos salários, com um desconto absurdo de contribuição da Previdência, até para os aposentados, antes isentos. No meu entender, uma reflexão que fica é, na verdade, um questionamento sobre o que justifica tamanhas maldades contra os trabalhadores dos serviços públicos.

Nossa luta é por um aumento linear de 46%. Não queremos abono complementar ou políticas pautadas em subsídios, que servem apenas para cumprir as funções de sucatear os serviços públicos e desvalorizar os servidores. Como já foi dito aqui, a Prefeitura tem orçamento e, portanto, a única política de negociação cabível e digna a ser discutida para os servidores

públicos está pautada no reajuste salarial linear de 46%. Exigimos um reajuste digno a todos os servidores.

A gente não quer só dinheiro. A gente quer inteiro, e não pela metade. Bebida é água. Comida é pasto. Você tem fome de quê? Você tem sede de quê? Penso que, neste momento, nossa fome é de respeito, por nossas histórias e carreiras do serviço público da cidade de São Paulo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Chamo, agora, a Sra. Lourdes Estevão.

O SR. ARTUR – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pois não?

O SR. ARTUR – Eu sou o Artur, da Apogesp. Eu gostaria apenas de registrar que existem algumas associações cujas carreiras ainda não foram representadas por nenhuma fala. Eu falo em nome da Apogesp.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Sr. Artur, nós estamos chamando por toda ordem que foi aqui colocada. Estamos nos encaminhando para o final. Já deixamos claro que, para todos aqueles que não tiveram a oportunidade de se manifestar por meio de fala, nós estaremos até o final do dia recebendo as manifestações, lembrando que nós temos mais uma audiência pública já agendada para o dia 9.

O SR. ARTUR – Só para registrar, então, essa manifestação escrita é via *site* ou via *chat* da audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Eu já havia comentado anteriormente, mas as manifestações serão possíveis na página da Câmara Municipal e aqui, mesmo, para quem estiver presente, até o final do dia.

O SR. ARTUR – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Sra. Lourdes, tem três minutos para as suas considerações.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Está bom. Então, boa tarde a todos os companheiros e companheiras.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas e, aí, eu quero levar em conta que nós estamos em uma audiência pública e que nós estamos falando para os Vereadores, porque nós, que estamos aqui, sabemos por que estamos aqui. Nós estamos aqui porque nós estamos questionando este projeto.

Quero dizer para os Vereadores e lembrar aos meus companheiros que estão aqui que, por exemplo, o projeto da saúde foi tirado não sei de onde. Sabem por quê? Porque a Secretaria da Saúde não sabia desse projeto. Nós fomos para a Secretaria da Saúde e perguntamos: “Caramba, que projeto é esse?” Será que a Secretaria da Saúde não sabe que a maioria dos trabalhadores da enfermagem é de 30 horas? Aqui, vocês estão considerando como se a maioria fosse de 40. Vocês fizeram um projeto sem conhecer. Vocês não conhecem a saúde. Apresentaram um projeto para a saúde. (Palmas)

Se eles não conseguiram nem ouvir a Secretaria da Saúde, imaginem se eles iam ouvir os trabalhadores. É exatamente por isso que nós estamos aqui, porque é dessa forma que negociamos com quem não tem capacidade de ouvir. Com quem não tem capacidade de ouvir negociamos na rua. Foi por isso que, ontem, os trabalhadores da Zoonoses, com outros trabalhadores, foram para a rua, para a Secretaria da Saúde, para pedir que retirem esse projeto da saúde, porque esse projeto não foi feito para a saúde e foi dessa forma que aconteceu com todos os projetos.

Quero lhe dizer, Marcela: 90% do que está lá como adesão não é adesão. É não opção. Ou você aceita, ou você aceita. É assim nos planos de cargos e carreiras. Então, é uma mentira quando o Governo vem e fala: “Olhem, os trabalhadores estão muito felizes.” Que felizes, o quê?

É exatamente por isso que nós estamos aqui e nós temos, sim, de nos manter organizados. Nós temos de nos manter mobilizados na rua, porque nós temos de dizer “não”. Nós temos de dizer “não”, inclusive, para respeitar a nossa dignidade. Nós somos profissionais. Nós somos qualificados. Nós não somos cabo eleitoral de nenhum Vereador. Entramos pela porta da frente e é dessa forma que nós queremos ficar dentro da Prefeitura. A luta continua! A

luta continua!

A qualquer Vereador nós temos de estar atentos. Olhem o Vereador e olhem o partido. O Vereador do partido “x” que votar contra trabalhador não pode ser Deputado Federal. Não pode ser Deputado Estadual. É isso, aí. Aí, eles vão criar vergonha e vão votar como têm de votar.

Beleza, gente! Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Eu disse que receberíamos presencialmente as manifestações que não puderam ser atendidas durante o decorrer da audiência pública de hoje, mas, não: será por escrito, até o final do dia de hoje, na página da Câmara Municipal, em www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas.

Quero agradecer muito a presença de todas as senhoras e senhores, da Secretária Marcela, do Secretário Fabricio, de todos os Vereadores que por aqui passaram, de todos os trabalhadores, de todas as entidades de classe aqui representadas, de todos os que puderam trazer as suas valiosas contribuições.

Declaro realizada a audiência pública do PL 428, de 2022.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19397** DATA: **02/08/2022** FL: **52** DE 52
